

- XI -

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E QUALIDADE SOCIAL DA  
EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DO MAGISTÉRIO  
GUARULHENSE PARA O TEMA**

**Edvaldo dos Reis Oliveira Filho**  
Universidade Federal de São Paulo  
edvaldofilho\_oliveira@hotmail.com

**INTRODUÇÃO**

A democracia brasileira já foi tema de inúmeros ensaios, artigos, dissertações e teses, de diferentes áreas das Ciências Humanas, sob as mais diversas correntes teóricas e perspectivas metodológicas. Em comum, os estudos apontam a fragilidade das instituições brasileiras e a persistência de práticas autoritárias, que contradizem os princípios e os valores que regem o Estado Democrático de Direito.

A história política do Brasil deixa claro que a sua democracia é um tanto frágil e instável, regada a golpes, renúncias, suicídio, *impeachments* e deposições. Sem dúvida, os três séculos de colonização e escravidão deixaram marcas profundas no nosso país, assim como as duas ditaduras pelas quais o Brasil passou no século XX. Os dias atuais também não são nada animadores aos defensores da democracia.

Bizzarro e Coppedge (2017) afirmam que desde o início do século XX até o ano de 2015, observa-se duas principais tendências na política do Brasil: a alternância entre regimes democráticos e autoritários e o incremento da democracia a cada nova experiência com esse regime.

Com a redemocratização do país após a ditadura militar (1964-1985), vivenciou-se um período em que se teve a maior democracia de sua história, representado pela retomada do governo civil e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual, no inciso VI do Art. 206, assegurou o princípio da gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988).

A década de 1990 foi um tanto *sui generis* em relação à educação, pois ao mesmo tempo em que se teve a implementação das políticas neoliberais, também ocorreu a implementação de propostas educacionais pensadas por governos populares.

A partir dos anos finais da década de 1990, os governos estaduais do Acre, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, sob a orientação do Partido dos Trabalhadores (PT), elaboraram um Projeto Político-Pedagógico (PPP) cujo objetivo central se ancorava na implantação de uma educação de qualidade social para todos (BELLONI, 2003).

Isto posto, cabe dizer que esta comunicação aborda os principais resultados da monografia apresentada ao curso de *MBA em Gestão Escolar*, promovido pela Universidade de São Paulo, e que teve como objetivo compreender o modo como alguns professores da rede municipal de educação de Guarulhos concebem a qualidade social da educação e como avaliam a gestão democrática dessa rede.

## DESENVOLVIMENTO

A criação da rede municipal de Guarulhos é recente, pois o processo de municipalização do Ensino Fundamental nesse município iniciou-se em 1997, a partir de uma ação movida pela Secretaria de Educação do estado de São Paulo, junto ao Ministério Público, contra alguns municípios paulistas (MELLO, 2007).

Em 2001, iniciou-se o primeiro mandato do prefeito Elói Pietá, do PT, o qual implementou políticas significativas na educação desse município, pensadas a partir da perspectiva da qualidade social. Foi a partir de então que se investiu, pela primeira vez na história de Guarulhos, 25% do orçamento municipal na educação (CARDOSO, 2006; MELLO, 2007).

Segundo Belloni (2003), os eixos estruturantes da qualidade social são: educação como direito à cidadania, gestão democrática com participação popular, financiamento e regime de colaboração, valorização dos trabalhadores em educação e a integração entre políticas com outros entes jurídicos e sociais.

Em 2009, na gestão Sebastião Almeida (2009-2012), também do PT, foi publicada a proposta curricular do município, intitulada de *Proposta Curricular: Quadro de Saberes Necessários*, a qual é resultado de um processo de construção que mobilizou todos os atores sociais que compõem a rede.

Em se tratando da pesquisa de campo, esta foi realizada em 7 escolas municipais de Guarulhos e contou com a participação de 29 docentes.

No que diz respeito à compreensão da expressão *qualidade social da educação*, percebeu-se que uma parte dos docentes a compreende apenas a partir da perspectiva da educação

inclusiva, isto é, de uma educação voltada ao atendimento de estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades, e outros demonstraram entendê-la como o trabalho que é realizado pela escola em parceria com as famílias dos educandos, bem como o acesso igualitário à educação com vistas à humanização dos educandos.

A qualidade social também foi vista como o direito à uma alimentação boa e nutritiva, a um bom material escolar, menos alunos por sala de aula e espaço físico adequado aos diferentes tipos de atividades desenvolvidas na escola.

Belloni (2003) afirma que merenda escolar, para essa perspectiva, deve ser vista como um instrumento de educação alimentar, de socialização e de preservação da saúde, que deve ser integrado ao PPP da escola.

Identificou-se, também, uma crítica à visão que associa a qualidade social ao assistencialismo, tendendo a enxergá-la apenas sob o aspecto da gratuidade do material escolar e acesso à matrícula. Neste sentido, foi dito que a formação de professores e as condições materiais do trabalho docente dizem respeito, igualmente, à qualidade social.

É importante destacar que a implementação de uma educação de qualidade social requer, além da ampliação da rede, a melhoria e o aperfeiçoamento de suas condições físicas e técnicas (BELLONI, 2003).

Em se tratando da avaliação que os docentes fizeram acerca da gestão democrática, foi possível identificar uma perspectiva micro, que considerou a gestão local das escolas, e uma macro, referente à atuação da Secretaria Municipal de Educação (SME).

Partindo de uma visão micro, uma parte do magistério avaliou positivamente o trabalho da gestão local, relatando que dentro da própria escola há uma gestão democrática, que se reflete na presença do diálogo entre os gestores e o corpo docente. Outra parte, no entanto, avaliou que quando se trata da tomada de decisões e da participação da comunidade nos assuntos da escola, a gestão não é feita com democracia.

Do ponto de vista macro, a maioria do corpo docente pontuou críticas, tais como a falta de diálogo da SME com os professores; censura na construção do PPP da escola, que teve trechos retirados do Documento por ordem da supervisão escolar; problemas que esbarram na autonomia docente em propor atividades diferenciadas; obrigação, por parte do magistério, em executar modelos prontos pensados pela SME; e a questão da gestão democrática como um mero discurso político.

## CONCLUSÕES

A pesquisa revelou que as perspectivas do magistério dialogam, em parte, com o que defende Belloni (2003) a respeito da qualidade social, pois destacaram questões como Educação Inclusiva, adoção de atitudes democráticas no modo de lidar com as crianças, acesso e permanência estudantil e promoção de uma educação crítica e que se proponha emancipadora.

No que tange à gestão democrática da educação, alguns docentes avaliaram positivamente a gestão da escola em que trabalham, porém, a maioria criticou o modo como a SME se relaciona com a categoria docente, sobretudo as decisões impostas de cima para baixo, sem diálogo com o professorado.

É preciso assinalar que esses dados devem ser interpretados à luz de uma problemática mais ampla, que perpassa as peculiaridades da nossa formação social, pois, ainda que as escolas gozem de um certo grau de autonomia, elas se encontram inseridas numa sociedade marcada fortemente pelo autoritarismo e pelas desigualdades de todas as cores, classes, gêneros e orientações.

A nós, cabe lutarmos por uma educação efetivamente democrática, que não tema o debate, que não abra mão dos princípios e valores que norteiam a democracia e que não recue em meio à onda conservadora que estamos vivenciando nas esferas da cultura, da política e da economia.

## REFERÊNCIAS

BELLONI, I. Educação. In: BITTAR, J. (org.). **Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 230-246.

BIZZARRO, F. e COPPEDGE, M. Variedades da Democracia no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, n. 1, p.1-42, abril 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988. Seção 1, p. 24. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf)> Acesso em: 15 set. 2018.

CARDOSO, L. D. **A Política Educacional no Município de Guarulhos/SP – Gestão 2001 - 2004: da construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político-Pedagógico**.

Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas de educação e Sistemas Educativos) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MELLO, M. M. **A questão da municipalização da educação em Guarulhos: 1997-2004.** Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.